

## RESUMO

*O presente texto possui como principal objetivo apresentar os resultados obtidos por uma investigação acerca da abordagem dos estudos africanos nos cursos de formação de professores em História (licenciaturas) em Portugal. Perante um quadro migratório distinto, de acentuada presença de africanos, e marcado pelas relações recentes com alguns países daquele continente e pela necessária atenção aos debates e ao combate do racismo e da xenofobia – que de tempos em tempos retornam à ordem do dia naquele país –, parece-nos que o tratamento adequado dos estudos africanos nos cursos de história em Portugal responderia a uma necessária mudança nos conteúdos escolares, nos conhecimentos construídos e divulgados sobre o passado e o presente africanos e conseqüentemente a uma redefinição do lugar imaginário ocupado pela África nos cenários mentais em Portugal.*

# A PRESENÇA DOS ESTUDOS AFRICANOS NAS LICENCIATURAS EM HISTÓRIA EM PORTUGAL (2002-2006)

**Anderson Ribeiro Oliva**

Departamento de História da  
Universidade de Brasília - UnB

263

**PALAVRAS-CHAVE:** HISTÓRIA AFRICANA, ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, AFRICANOS, IMAGINÁRIO

A partir de meados da década de 1970 podemos identificar em Portugal os sinais de um imaginário construído sobre os africanos ligado mais fortemente à memória da colonização, à presença impactante de imigrantes e seus descendentes (luso-africanos ou afro-lusitanos), aos elementos do mundo contemporâneo português – como a inserção na União Européia (a partir da segunda metade da década 1980) –, e às questões do desemprego e da violência urbana em Portugal dos dias atuais. Assim, as difíceis condições de vida encontradas neste país ibérico pelos imigrantes africanos, os setores da economia e das atividades laborais a eles reservados e o ressurgimento de ondas de racismo e xenofobia na Europa em relação às minorias e aos estrangeiros – oriundos da África, Ásia e América Latina, principalmente – passaram a compor as principais imagens geradas sobre os africanos no imaginário português<sup>1</sup>.

Apesar dessas leituras não estarem equivocadas não podemos ignorar que às imagens e identidades contemporâneas fomentadas sobre e pelos africanos associam-se outros ingredientes. As notícias históricas, os estereótipos negativos, os preconceitos e as desinformações sobre a África e suas populações, inclusive aquelas que se encontram na condição gera-

---

<sup>1</sup> Ver acerca das questões tratadas acima: Pires (1999), Martins (1996, 2002), Lages et al. (2006) e Oliva (2009).

da pelas diásporas que tocaram o continente, construídas em um intervalo temporal mais extenso (que se aprofunda até mais de quatro séculos no passado) também deixaram seus resquícios. Assim, as fórmulas mentais e as práticas relacionais cotidianas que envolvem os contatos entre os africanos e os *Outros, ou neste caso, entre os portugueses e os Outros, estão embebidas pelas marcas do desprestígio, dos preconceitos e da invisibilidade histórica*<sup>2</sup>.

Tendo em vista a crescente presença de africanos e seus descendentes nas cidades, postos laborais, escolas e universidades portuguesas. Levando em consideração o indiscutível lugar ocupado pela historiografia africana e africanista nos debates epistemológicos e de reflexão histórica. E, por fim, defendendo o argumento de que a presença quantitativa e qualitativa dos estudos africanos nas escolas e centros de formação de professores em Portugal serve como um instrumento fecundo de desconstrução das práticas sociais nocivas anteriormente citadas, o presente texto possui como principal objetivo apresentar os resultados obtidos por uma investigação sobre a abordagem dos estudos africanos nos cursos que formam professores de História (licenciaturas) em Portugal. Parece-nos certo que a abordagem da história africana nos cursos de história em Portugal responderia a uma necessária mudança nos conteúdos escolares, nos conhecimentos construídos e divulgados sobre o passado e o presente africanos e conseqüentemente a uma redefinição do lugar imaginário ocupado pela África nos cenários mentais em Portugal.

## **IMIGRAÇÃO, IDENTIDADES REFLETIDAS E OS IMAGINÁRIOS SOBRE OS AFRICANOS EM PORTUGAL**

264

Segundo os dados obtidos pelo Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas<sup>3</sup>, em 2004 havia cerca de 140 mil imigrantes de origem africana vivendo legalmente em Portugal. Soma-se a esse número milhares de jovens e jovens adultos que compõem as duas gerações de luso-africanos ou de afro-lusitanos nascidas da primeira leva de imigrantes que chegou ao país na década de 1970 e outros milhares de indivíduos que se encontravam(am) em condição ilegal. O maior contingente desses imigrantes contabilizados em 2004 era composto por cabo-verdianos (64.164, ou 14,3%), seguidos por angolanos (35.264 - 7,9%), guineenses (25.148 - 5,6%), são-tomenses (10.483 - 2,3%) e moçambicanos (5.010 - 1,1%) (Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas, 2005: 9-11). Segundo as pesquisas censitárias, a maioria dos africanos residentes em Portugal ainda se enquadrava em perfis profissionais, de rendimento e de qualificação que suscitavam a composição de um quadro muitas vezes dramático para sua permanência naquele país ou para obtenção, de fato, de melhorias condições de vida. Apesar disso foram percebidas algumas melhoras ao que se refere aos locais de residência, se comparadas às condições encontradas no início da década de 1980 (Pires, 1999: 208).

De acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de

<sup>2</sup> Como o artigo não abordará as composições imaginárias sobre os africanos formuladas em outros momentos dessa trajetória de representações, consultar: Henriques (2004); Oliva (2009).

<sup>3</sup> Em 2007 substituído pelo Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural.

2001, 12,6% dos africanos oriundos dos PALOP eram analfabetos, 11,2% sabiam ler e escrever mas não tinham nenhum nível de escolaridade, 58,8% possuíam o ensino básico, 13,8% o ensino secundário ou médio, e apenas 3,7% o ensino superior (Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas, 2005: 15). Outro dado relevante é o que aponta para o número de estudantes oriundos desses países africanos matriculados nas escolas portuguesas<sup>4</sup>. Para o ano escolar de 2002-2003, eles somavam 38.605 alunos cursando os mais diversos seguimentos escolares portugueses (eram 15.247 angolanos, 13.070 cabo-verdianos, 5.033 guineenses, 3.112 são-tomenses e 2.143 moçambicanos). Somente no 3º ciclo da educação básica – correspondente ao 7º, 8º e 9º anos – eram 13.784 no ano letivo 2003-4 (Ministério da Educação, 2006: 16-22).

É bastante plausível que, com o convívio acentuado de um contingente tão significativo de africanos e afro-portugueses – vivendo principalmente no eixo centro-sul do país –, novos estereótipos tenham aparecido, e alguns dos velhos tenham se fortalecido, como ingredientes ativos da composição do imaginário português sobre os africanos do final do século XX e início do XXI (Rocha-Trindade, 2003: 178). De acordo com o pesquisador português Manuel Gonçalves Martins, os aumentos dos fluxos migratórios para Portugal “facilitaram e fortaleceram as idéias e as convicções segundo [as quais] os empregos, os costumes, e até toda a cultura dos portugueses estavam e estão em perigo”, fazendo com que se criasse um quadro favorável para o “aparecimento e fortalecimento do racismo e da xenofobia” (Martins, 2002: 82). Às posturas mentais relacionadas às intolerâncias raciais e culturais associaram-se outros mecanismos de discriminação, retirados de um acervo maior de imagens elaboradas sobre os africanos.

265

Na verdade muitos portugueses tiveram e têm preconceitos, atitudes e comportamentos discriminatórios (pensaram e pensam mal, negaram-se e negam-se a dar trabalho, a arrendar casa, a deixar casar seus filhos, etc.), principalmente contra alguns grupos étnicos existentes em Portugal (ciganos e pretos). Muitos portugueses consideraram (e ainda consideram) de “forma instintiva” (...) os pretos, pessoas preguiçosas e porcas (Martins, 2002: 82-3).

Em outra reveladora investigação, também patrocinada pelo Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), publicada em 2006 e intitulada *Imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas*, podemos observar a relevância adquirida por esses novos elementos na construção da imagem do africano, agora pensado como um agente de convívio cotidiano nas cidades portuguesas. Neste caso, alguns dados devem ser mencionados e nos auxiliam a fechar esse panorama parcial do imaginário contemporâneo elaborado sobre o africano. A pesquisa revelou que apenas 29% do total de entrevistados classificavam os africanos como “bons profissionais”. No quesito competência, esse índice caiu para 26%, e apenas 24% diziam ser eles “sérios e honestos”, contra o percentual de 40%, 43% e

---

<sup>4</sup> Sobre o desempenho escolar de parte desses estudantes, ver Machado, Matias e Leal (2005).

40% quando a pergunta era sobre a imagem do português construída pelo próprio português (Lages *et al.*, 2006: 250).

Já acerca dos possíveis “desvios sociais” praticados por um determinado grupo – para nos prendermos à terminologia empregada pela pesquisa – os africanos foram associados à violência e ao tráfico de entorpecentes nas principais cidades portuguesas. Neste caso, 64,8% dos entrevistados relacionou os africanos à violência e 54,8% ao tráfico de drogas (Lages *et al.*, 2006: 250).

Condensado em dados estatísticos ou não, o imaginário atual português acerca do continente e de suas populações está carregado por dois grandes conjuntos de imagens. O primeiro ainda refere-se à experiência colonial, no qual se prioriza a perspectiva da história dos portugueses em África, seja na fase mítica dos Descobrimentos dos séculos XV e XVI, seja na fase, digamos, empírica, da montagem do Império Colonial dos séculos XIX e XX. Mas, especificamente nestes últimos dois séculos, o português aparece como único agente efetivo da história e cabe a ele a ação civilizadora e modernizadora dos africanos (escravos, indígenas, colonizados, atrasados e primitivos), submersos na mancha dos estereótipos e estigmas. Antes pensados como indivíduos submetidos ao trabalho escravo, compulsório e desqualificado, e no presente, confundidos com a figura da mão-de-obra mal remunerada e pouco qualificada. Assim, o africano, distante na dimensão temporal em escala recente ou longínqua, se confunde com essas imagens.

Como resultado dos contatos das últimas décadas – caracterizados pelos ritmos relacionais cotidianos, por um contexto singular das conexões entre os países africanos e a Europa e marcados pelo aumento da imigração e pelos acordos de cooperação – ocorreu uma (re)apropriação significativa de imagens circulantes outrora sobre os africanos e a formulação de um novo conjunto de estereótipos. Dessa forma, os indivíduos oriundos daquela região do mundo estariam marcados pelos seguintes estigmas: seres incompetentes e pouco confiáveis; “preguiçosos por natureza”; mão-de-obra desqualificada e mal remunerada; baixo nível social e educacional; estando associados também às condições de moradia precárias; à violência urbana; ao uso e tráfico de drogas.

De acordo com a pesquisadora brasileira Neusa Maria de Gusmão, que desenvolveu revelador trabalho acerca dos jovens e crianças africanas em Portugal, construiu-se naquele país, ao longo das últimas décadas, uma nova categoria para definir o significado de *africano*. Resultante de um conjunto de idéias oriundas do imaginário do próprio período colonial, da traumática guerra em África e dos olhares daqueles que, sendo integrantes da União Européia, se vêem em condição privilegiada, ao mesmo tempo em que se sentem invadidos pelas levas de imigrantes africanos que buscam a Europa, essa *nova* categoria de africano se desdobra em dois sentidos, digamos assim, não tão novos. Nesse caso, para o português contemporâneo, o africano *se torna sinônimo de negro*, e o negro se confunde com o africano. Por outro lado, ser africano em Portugal significa também ser *imigrante, estrangeiro e pobre*. “As categorias se cruzam e o cotidiano se conflita” (Gusmão, 2004: 111). Mesmo que a noção de imigrante, estrangeiro e pobre seja também atribuída a indivíduos de outras nacionalidades, como os brasileiros e os ucranianos, aos africanos ainda compete uma classificação diferenciada.

Africano é então todo e qualquer cidadão de origem africana, seja ou não nascido em Portugal, tenha ou não nacionalidade portuguesa, seja ele “preto” ou “mestiço”, e que independentemente da situação legal que possua (...). Africano é uma categoria operacional, mais do que de origem, esta sim diversa e múltipla. Por outro lado, africano é, antes de mais nada, categoria referencial que opera o senso comum no quotidiano das vivências entre os imigrantes negros e portugueses de modo a definir qualquer pessoa de pele negra e, com isso, atribuir-lhe a condição “estrangeira” (Gusmão, 2004: 111).

Se o africano próximo – residente em Portugal – é caracterizado por essas imagens, o imaginário sobre os africanos na África e sobre o próprio continente são definidas a partir de uma série de marcos característicos. Por um lado é um mundo marcado por guerras, massacres, violência, corrupção, fome, doenças, tragédias, desorganização e atraso econômico, apesar dos esforços de cooperação europeia, inclusive portuguesa, apontando para a falência gerencial e suposta incapacidade africana de auto-gestão. A esses cenários juntam-se aqueles de uma África Portuguesa perdida em um tempo quase mítico, seja o das Grandes Navegações, seja o período colonial, do qual muitos nutrem um sentimento de nostalgia e saudades<sup>5</sup>.

Ao mesmo tempo, em meio a esses imaginários, as comunidades de imigrantes e seus descendentes, parcela sensível da juventude lusa, dos residentes de alguns bairros e dos matriculados em determinadas escolas portuguesas vêm participando ativamente da tarefa de (des)construção desse espelho identitário. A partir do emprego de diversos instrumentos de auto-afirmação e da construção positiva de suas identidades, negando, se apropriando e reinventando os ingredientes anteriormente apresentados, além de empregarem outras estratégias e componentes dessa fórmula, não tão comuns à maioria dos portugueses, eles têm se esforçado em (re)definir os lugares ocupados por eles na sociedade e no imaginário português. Como nos lembra o teórico indiano Homi Bhabha, o processo de “identificação nunca é uma afirmação de uma identidade pré-dada, é sempre a produção de uma imagem e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem”. Neste caso “ser para o Outro implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade”, e é justamente “o retorno de uma imagem de identidade, que traz a marca da fissura no lugar do Outro” (Bhabha, 2003: 76-79, com modificações).

Compete saber se a abordagem dos estudos africanos nos cursos de Licenciatura em História tem cooperado neste sentido, sempre partindo do princípio que o tratamento adequado – em termos quantitativos e qualitativos (capítulos de manuais escolares, tópicos nos currículos e formação de seus professores) – da História da África permitiria a construção de novos significados sobre o passado e o presente de África, assim como serviria como um reforço positivo para os milhares de jovens africanos ou afro-portugueses que diariamente se sentam nos bancos escolares neste país.

## O LUGAR DA ÁFRICA NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA EM PORTUGAL

Em nosso esforço de identificar os ingredientes e espaços que contribuíram para a fabricação das imagens sobre a África e os africanos, não podemos deixar de lançar nossos olhares sobre o lugar ocupado pelos estudos africanos nas universidades portuguesas, principalmente nos cursos de Licenciatura em História, ao longo do recorte temporal que se estende de 2002 a 2006.

A realidade do ensino superior em Portugal neste período, em relação à abordagem dos estudos africanos, é, em alguns aspectos, tão quanto ou mais silenciosa do que a brasileira. A grande maioria dos cursos de Licenciatura em História não dedicava aos estudos africanos espaços específicos de tratamento. Encontramos apenas uma experiência em nível de licenciatura caracterizada por conceder ao continente africano a sua própria proposta formativa, que é o caso da Licenciatura em Estudos Africanos, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), que se destacou em nossa observação justamente pela especificidade com que tratava o continente.

Ao todo, elegemos para nossa observação 16 cursos, ofertados por 15 universidades portuguesas<sup>6</sup>, que se subdividiam da seguinte maneira: Licenciatura em História (doze cursos); Licenciatura em Ensino da História (três cursos); e Licenciatura em Estudos Africanos (um curso). Destas licenciaturas observadas<sup>7</sup>, apenas duas (13% do total) traziam em suas grades curriculares disciplinas – obrigatórias ou optativas – que tratavam exclusivamente da história ou de outras temáticas africanas (ver Anexo I).

Por sua própria abordagem formativa, a já citada Licenciatura em Estudos Africanos da FLUL transcendia em muito, obviamente, ao número de uma disciplina ofertada sobre a temática, sendo encontradas entre seus anos letivos mais de 15 cadeiras obrigatórias que versavam sobre lingüística, antropologia, sociologia, religiões e história africanas. Já na Licenciatura em História da Universidade Aberta, também foram identificadas várias disciplinas versando sobre a História da África, no entanto elas não eram ofertadas como obrigatórias, se localizando em um dos campos de especialização possíveis de serem trilhados pelos estudantes. Dois cursos apresentavam matérias pouco específicas em relação aos estudos africanos, mas que de alguma forma sinalizavam para algum tipo de abordagem do continente africano. Foram os casos das licenciaturas em História da Universidade Autônoma de Lisboa, com a disciplina *História dos Países de Língua Portuguesa*<sup>8</sup>, e da Universidade Lusófona de Lisboa, com a disciplina *Ásia, África e América Pré-Colonial*.

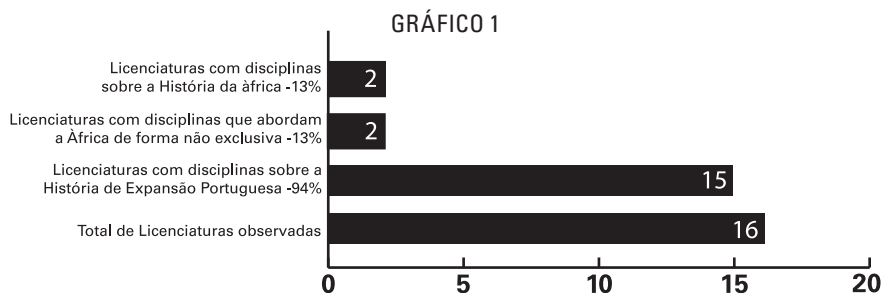
As outras licenciaturas, sem exceção, optaram por trabalhar com disciplinas que concedessem enfoque à *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesas*. Na realidade, das dezesseis licenciaturas observadas,

<sup>6</sup> O quadro referente à distribuição das licenciaturas e das universidades se encontra no Anexo I.

<sup>7</sup> As grades curriculares de grande parte desses cursos sofreram alterações com as adequações vivenciadas no ensino superior português pela adesão ao Processo de Bolonha no período em foco.

<sup>8</sup> A Universidade Aberta também oferecia uma disciplina similar a esta, denominada História dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

quinze possuíam uma ou duas disciplinas tratando a questão, com diversas nomenclaturas: *História da Expansão Portuguesa*; *História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa*; *História dos Descobrimientos*; *História da Colonização*; *Portugal e os Descobrimientos (Ásia, África e América)*. Já a disciplina *História dos Portugueses em África* aparecia nas grades curriculares das licenciaturas em História da Universidade do Porto e da Universidade Nova de Lisboa<sup>9</sup>.



Fonte: Oliva, Anderson Ribeiro (2007: 228).

Percebe-se, nos casos observados, que na formação de profissionais em História existe uma espécie de continuidade da perspectiva de abordagem da história africana visualizada na legislação escolar portuguesa e, como reflexão mais ampla de nosso trabalho, com as imagens da África que circulam no próprio universo mental português. Com uma ou duas exceções, para grande parte de seus centros de formação de historiadores, o que interessa é a história da expansão marítima lusitana dos séculos XV e XVI, ou a história da presença dos portugueses em África. Ou seja, de forma multidirecional percebemos uma conexão de prioridades entre as representações formuladas sobre os africanos no imaginário coletivo português e as escolhas de temas e objetos a serem estudados nas graduações em História em Portugal.

De forma um tanto ambígua, se comparada ao quadro anteriormente descrito, iremos encontrar um campo razoavelmente favorável às investigações sobre o continente e as sociedades africanas na área da pós-graduação em Portugal. Talvez a diferença de interesses possa ser explicada pelo aspecto relacional de proximidade dos objetivos apresentados na formação de licenciados em História e as exigências legais em termos dos currículos escolares portugueses. Ou ainda, pelo fato de que grande parte dessas pesquisas pós-graduadas seja realizada em outras áreas que não a História. Nossa pesquisa identificou pelo menos nove cursos de mestrado ou doutorado, ofertados por oito universidades diferentes que possuíam como temática principal os estudos africanos. No entanto, como afirmamos acima, é preciso esclarecer que a grande maioria desses cursos se desenvolvia vinculada muito mais às áreas ligadas à Administração, Gestão, Economia e

<sup>9</sup> Ver também as reflexões presentes em Torgal (1996).

Ciências Sociais, do que à História.

Na realidade apenas o pioneiro *Programa de Estudos Pós Graduated em História de África* (Mestrado e Doutorado), ofertado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (UL), é conceitual e estruturalmente ligado à História. O *Doutorado e Mestrado em Estudos Africanos* (Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Econômico) ligado ao Centro de Estudos Africanos, do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), e a *Pós-Graduação em Estudos Africanos e do Desenvolvimento*, da Universidade Católica Portuguesa (UCP), concentram-se, ou concentravam-se, na perspectiva da Cooperação, Gestão e Desenvolvimento. Os *Mestrados em Estudos Africanos* da Universidade do Porto (UP) e da Universidade Técnica de Lisboa (UTL) possuem perfis multidisciplinares voltados às Ciências Sociais. Já o *Mestrado em Estudos Africanos* da Universidade de Coimbra concentrava seus recortes na Antropologia Social e Cultural. O *Mestrado em Estudos Africanos* da Universidade Nova de Lisboa (UNL) concentrava suas disciplinas na área de Ciências Humanas. E, por fim, o Centro de Estudos Multiculturais da Universidade Independente ofereceu, entre os anos letivos de 2002-2003 e 2003-2004, uma *Pós-Graduação em Estudos Angolanos: Cultura, Economia e Sociedade*. Compete lembrar que alguns desses cursos começaram a funcionar na década de 1990, já outros, apenas nos últimos anos, sendo que encontramos casos nos quais novas turmas não foram abertas ou de turmas que contam com uma grande ou pequena matrícula de estudantes, dependendo da temática elencada.

Fora os cursos citados, pudemos localizar outras pós-graduações que possuíam componentes curriculares ligados aos estudos africanos, mesmo que suas áreas de concentração não versassem sobre a África. São os casos do *Mestrado em Estudos Portugueses, com especialização em Literaturas e Culturas dos Países Africanos de Expressão Portuguesa*, da Universidade Nova de Lisboa; o *Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional*, do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG); o *Curso Conducente ao Mestrado em Estudos Africanos*, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); o *Mestrado em Espaço Lusófono*, da Universidade Lusófona; e, por fim, a *Pós-Graduação em Relações Internacionais*, da Universidade Lusíada, que conta com uma área específica de estudos africanos.

Percorrendo o banco de trabalhos acadêmicos dessas instituições percebemos que a produção científica de teses e dissertações também acaba por se concentrar nas áreas de Cooperação, Gestão, Economia e Ciências Sociais, ficando os estudos históricos com uma parcela menor de trabalhos<sup>10</sup> (ver Gonçalves, 1999: 248-249).

Em relação aos *Centros de Estudos Africanos* vamos encontrar também um número significativo de instituições de ensino superior que formataram espaços sistematizados e estruturados destinados ao estudo ou

---

<sup>10</sup> Não realizamos acerca desse ponto nenhum levantamento sistemático exaustivo. Mas a consulta realizada aos bancos de teses de instituições como a UL, a UNL, a UP e o ISCTE nos permite formular tal conclusão. O trabalho de António Custódio Gonçalves, citado acima, elabora um panorama das teses defendidas no Mestrado em Estudos Africanos da Universidade do Porto. Os dados do ISCTE estão disponíveis no site do Centro de Estudos Africanos ([http://cea.iscte.pt/prod\\_teses.php](http://cea.iscte.pt/prod_teses.php) [22.06.2007]).



ao estímulo às investigações de assuntos ligados ao continente africano. A Universidade de Lisboa possui o *Centro de Estudos Africanos Manuel Viegas Guerreiro*. O ISCTE, desde 1981, também conta com o funcionamento do *Centro de Estudos Africanos* (CEA), responsável pela publicação da revista *Cadernos de Estudos Africanos*. Já na Universidade do Porto, existe o *Centro de Estudos Africanos* (CEAUP), ao qual está vinculada a *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos*. Também encontramos um *Centro de Estudos Africanos* no Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, que edita um periódico com o título *Publicações do Centro de Estudos Africanos*. Por fim, na Universidade Portucalense, também foi montado um *Centro de Estudos Africanos*, que possui a publicação denominada *Africana*.

Com uma formatação um pouco diferenciada também foram localizadas outras experiências como a do *Centro de Estudos sobre a África e o Desenvolvimento* (CEsA), ligado ao Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa; o *Centro de Estudos Africanos e Asiáticos* (não mais em funcionamento; hoje seus pesquisadores integram o Departamento de Ciências Humanas), do Instituto de Investigação Científica Tropical, que possuía a *Revista Internacional de Estudos Africanos*; e, por fim, um *Núcleo de Estudos sobre a África* (NESA), do *Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades* (CIDEHUS), da Universidade de Évora, responsável pela edição do *Boletim Africanista*. Estruturou-se também a Rede Inter-Universitária de Estudos Africanos, a RIUEA, que tem apoiado algumas publicações, entre outras ações. Além das publicações periódicas relacionadas aos centros de pesquisa citados, a partir da Associação Acadêmica *África Debate* editou-se uma revista intitulada *África-Debate*. Lembremos que alguns desses centros sofreram alterações desde a data de suas fundações, e alguns deles deixaram de funcionar.

Esse quadro composto pelos estudos pós-graduados e pelos Centros de Estudos envolvidos com as temáticas africanas revela que o interesse acerca do tema é um dado inquestionável no meio universitário português. Com um público de estudantes e pesquisadores heterogêneo – em relação à nacionalidade, inclusive com a grande frequência de africanos, e às áreas de formação –, esses espaços representam também um reflexo do tipo de olhar específico lançado de Portugal sobre os países africanos, ao mesmo tempo em que acenam para a necessidade de conceder ao continente alguma forma de tratamento mais sistematizado e melhor elaborado a partir de sua comunidade científica. Apesar disso, não conseguimos visualizar a integração desses cursos com as graduações de História presentes em algumas das instituições citadas. A única exceção, nesse caso, foi o da Universidade de Lisboa, onde se percebe uma positiva integração entre o Centro de Estudos Africanos, o *Programa de Estudos Pós Graduados em História de África* e a Licenciatura em Estudos Africanos. No entanto, também aí, a articulação com a Licenciatura em História não apresentou um panorama tão animador.

## REFERÊNCIAS

- Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (2005). *Estatísticas da imigração*. Lisboa, ACIME.
- Bhabha, Homi (2003). *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Gonçalves, António Custódio (1999). "A investigação e a formação pós-

-graduada em estudos africanos em Portugal: O caso da Universidade do Porto”, in *Africana Studia*, nº 1, 235-249.

Gusmão, Neusa Maria Mendes de (2004). *Os filhos da África em Portugal: Antropologia, multiculturalidade e educação*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Henriques, Isabel Castro (2004). “A história de África e a reconstrução da visão do Outro”, in *Os pilares da diferença: Relações Portugal-África, séculos XV-XIX*. Lisboa, Caleidoscópio, 47-60.

Lages, Mário et al. (2006). *Os imigrantes e a população portuguesa: Imagens recíprocas*. Lisboa, Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias e Sofia Leal (2005). “Desigualdades sociais e diferenças culturais: Os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos”, *Análise Social*, XI (176), 695-714.

Martins, Manuel Gonçalves (1996). “Migrações internacionais e aumento do racismo e da xenofobia na União Européia”, *Africana*, 16, 75-90.

Martins, Manuel Gonçalves (2002). *Imigrações, racismo e xenofobia em Portugal (1974-2002)*, *Africana*, 25, 71-90.

Ministério da Educação (2006). *Alunos matriculados por grupo cultural/nacionalidade (00/01 – 03/04)*. Lisboa, Ministério da Educação, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo.

Oliva, Anderson Ribeiro (2007). *Lições sobre a África: Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da História da África no mundo atlântico (1990-2005)*. Brasília, Tese de Doutorado em História Social, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília.

Oliva, Anderson Ribeiro (2009). “De indígena a imigrante. O lugar da África e dos africanos no universo imaginário português dos séculos XIX ao XXI”, *SANKOFA. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, 3, 32-51.

Pires, Rui Pena (1999). “A imigração”, in Bethencourt, Francisco e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da expansão portuguesa: Último império e recenramento*, Vol. 5. Lisboa, Círculo de Leitores, 197-211.

Rocha-Trindade, Maria (2003). “A realidade da imigração em Portugal”, in *Actas do I Congresso sobre Imigração*. Lisboa, ACIME, 171-198.

Torgal, Luís Reis (1996). “Nós e os outros: Portugal e a Guiné-Bissau no ensino e na memória histórica”, in António Nóvoa, António et al., *Por uma história da educação colonial*. Lisboa, Educa: SPCE, 363-378.

Nome da Instituição de Ensino	ANEXO I Endereço eletrónico - site	Disciplinas sobre a História da África	Disciplinas sobre a História da Expansão Portuguesa
Licenciatura em Ensino da História – Universidade do Minho	<a href="http://www.hist.ics.uminho.pt">http://www.hist.ics.uminho.pt</a>		EP
Licenciatura em História – Universidade do Minho	<a href="http://www.hist.ics.uminho.pt">http://www.hist.ics.uminho.pt</a>		EP
Licenciatura em História – ISCTE	<a href="http://iscte.pt/plano_estudos.jsp?curso=10#DOID">http://iscte.pt/plano_estudos.jsp?curso=10#DOID</a>		HC HDEP CDEC
Licenciatura em História – Universidade do Porto	<a href="http://sigarra.up.pt/flup/planos_estudos_geral.formview?p_Pe=431">http://sigarra.up.pt/flup/planos_estudos_geral.formview?p_Pe=431</a>		HDEP
Licenciatura em História – Universidade Nova de Lisboa	<a href="http://www.unl.pt/guia/2007/fcsh/historia.4010">http://www.unl.pt/guia/2007/fcsh/historia.4010</a>		HEP HPA
Licenciatura em História – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	<a href="http://www.grupolusofona.pt/portal/page?_pageid=135,514781&amp;_dad=portal&amp;_schema=PORTAL">http://www.grupolusofona.pt/portal/page?_pageid=135,514781&amp;_dad=portal&amp;_schema=PORTAL</a>	A, A, APC	PD-AAA DAAA
Licenciatura em História – Universidade de Coimbra	<a href="http://www.fl.uc.pt/">http://www.fl.uc.pt/</a>		HD / AA / HEP
Licenciatura em Ensino da História – Universidade dos Açores	<a href="http://sanet.uac.pt/netpa/DIFTasks">http://sanet.uac.pt/netpa/DIFTasks</a>		HDEP
Licenciatura em Ensino da História – Universidade de Évora	<a href="http://www.dhis.uevora.pt/">http://www.dhis.uevora.pt/</a>		HDEP EDC ID
Licenciatura em Estudos Africanos – Universidade de Lisboa	<a href="http://www.fl.ul.pt/licenciaturas/estudos_africanos/plano_estudos.htm">http://www.fl.ul.pt/licenciaturas/estudos_africanos/plano_estudos.htm</a>	IHA / HA (XV) / HA (XV-XXI) / ILA/LALP/ HRAP/ LOA/ GA/SA/LAI / DCA/LAII/AA/ LAIII/RA	
Licenciatura em História – Universidade de Lisboa	<a href="http://www.fl.ul.pt/processo_bolonha/historia.htm">http://www.fl.ul.pt/processo_bolonha/historia.htm</a>		HDEP I HDEP II
Licenciatura em História – Universidade Portucalense Infante D. Henrique			HDEP

Licenciatura em História – Universidade Aberta	<a href="http://www.univ-ab.pt/ensino/lh.php">http://www.univ-ab.pt/ensino/lh.php</a>	HA / LAEP I e II / LA / LM / LCV / LGST HPLOP/	HDEP
Licenciatura em História – Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	<a href="http://www.universidade-autonoma.pt/area.asp?a=Planos&amp;id=13">http://www.universidade-autonoma.pt/area.asp?a=Planos&amp;id=13</a>	HPLP	HEP I HEP II
Licenciatura em História – Universidade Lusíada	<a href="http://www.lis.ulusiada.pt/cursos/graduacao/licencia">http://www.lis.ulusiada.pt/cursos/graduacao/licencia</a>		HDEP
Licenciatura em História – Universidade Católica Portuguesa	<a href="http://icm.crb.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=948&amp;lang=1&amp;artigo=571&amp;artigoID=573">http://icm.crb.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=948&amp;lang=1&amp;artigo=571&amp;artigoID=573</a>		HEP

### Legenda

A, A, APC = Ásia, África e América Pré-Colonial  
AA = Antropologia Africana  
CDEC = Colonialismo e Descolonização na Época Contemporânea  
DAAA = Descolonizações América, África e Ásia  
DCA = Desenvolvimento e Cooperação em África  
EDC = Expansão e Dinâmicas Coloniais  
GA = Geografia Africana  
HA (XV-XXI) = História de África do século XV à actualidade  
HA = História de África  
HA (XV) = História de África das Origens até o século XV  
HC = História da Colonização  
HD = História dos Descobrimentos  
HDEP= História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa  
HEP = História da Expansão Portuguesa  
HPA = História dos Portugueses em África  
HPLOP = História dos Países de Língua Oficial Portuguesa  
HPLP = História dos Países de Língua Portuguesa  
HRAP = História das Relações Afro-Portuguesas  
ID = Impérios e Descolonizações  
IHA = Introdução à História de África  
ILA = Introdução à Lingüística Africana  
LA = Literatura Angolana  
LAI = Língua Africana I  
LAII = Língua Africana II  
LAIII = Língua Africana III  
LAEP = Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa  
LALP = Literaturas Africanas de Língua Portuguesa  
LCV = Literatura Cabo-Verdiana  
LGST = Literatura Guineense e São-Tomense  
LM = Literatura Moçambicana